

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Santa Maria das Barreiras**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)...	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Maria das Barreiras (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

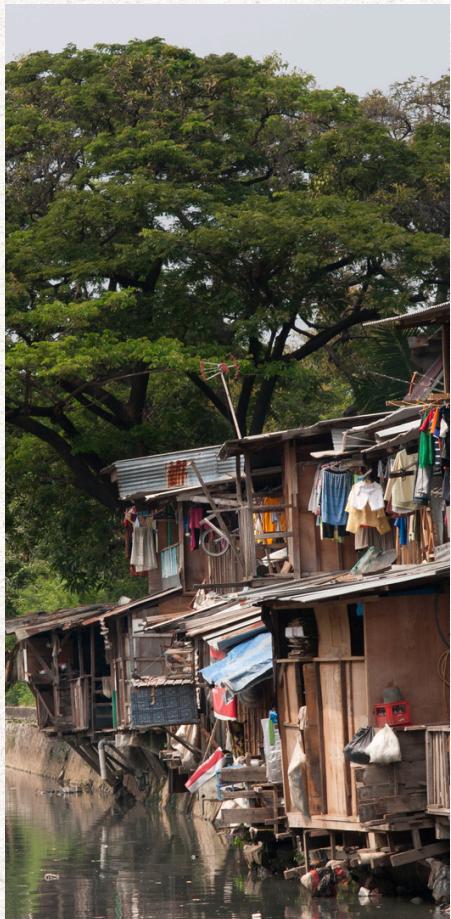


Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Santa Maria das Barreiras apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com leve queda de 39,9% para 36,8%. No entanto, observou-se um aumento expressivo em 2022, atingindo 49,2%, o que pode estar relacionado aos efeitos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, somados a dificuldades estruturais regionais. Em 2023, houve recuo para 43,8%, indicando uma possível recuperação, ainda que os níveis permaneçam elevados (Gráfico 1).

Na Região de Integração Xim-

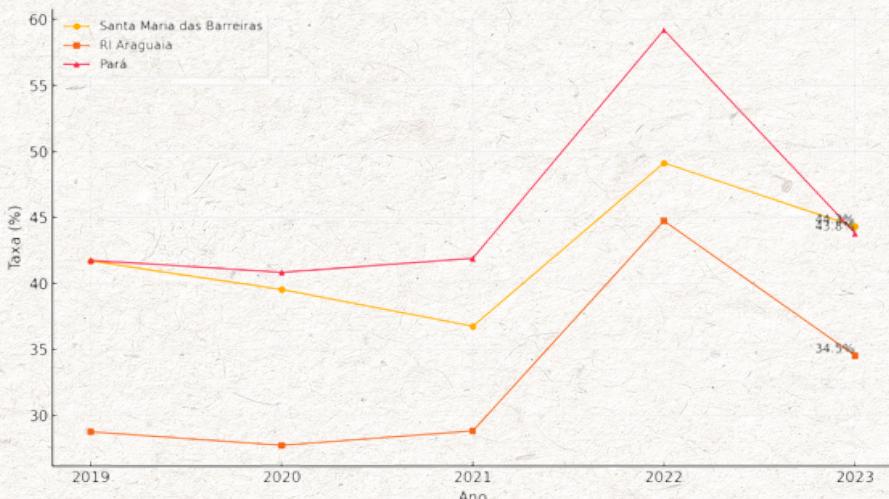
gu, o comportamento da taxa de pobreza seguiu padrão semelhante, embora com menor intensidade. Após uma leve oscilação entre 2019 e 2021, observou-se um salto expressivo em 2022, ultrapassando 61%, com recuo para 49,7% em 2023. Esse ciclo reforça a hipótese de um impacto regionalizado de fatores socioeconômicos adversos em 2022, com melhora posterior. O padrão de recuperação parece mais acentuado na RI do que no município, indicando eventuais diferenças nas políticas públicas implementadas localmente (Gráfico 1).





O estado do Pará, por sua vez, apresentou tendência estável entre 2019 e 2021, com taxas em torno de 41%-42%. Contudo, em 2022, houve um pico acentuado, atingindo 59,4%, superando tanto o município quanto a RI. Em 2023, a taxa recuou para 44,1%, ainda acima dos valores anteriores à pandemia. O comportamento sugere que os impactos econômicos foram sentidos de forma mais intensa em nível estadual, o que pode estar relacionado à heterogeneidade dos municípios paraenses (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Santa Maria das Barreiras, as despesas com serviços essenciais apresentaram queda significativa entre 2019 e 2020 (de 61,0% para 55,1%), mantendo-se em patamares baixos até 2021. A partir de 2022, houve retomada gradual, atingindo 58,4% em 2023. Esse comportamento pode refletir um ajuste fiscal inicial, seguido de esforços de recomposição após o impacto da pandemia e da reestruturação orçamentária (Gráfico 2).

Na Região de Integração do Araguaia, os percentuais se mantiveram mais elevados e estáveis ao longo do período, oscilando entre 61,8% e 64,6%. Apesar de uma leve redução em 2023, os valores indicam uma prioridade relativamente constante na alocação de recursos para serviços essenciais, o que pode ter colaborado para a menor oscilação na taxa de pobreza em relação ao estado (Gráfico 2).

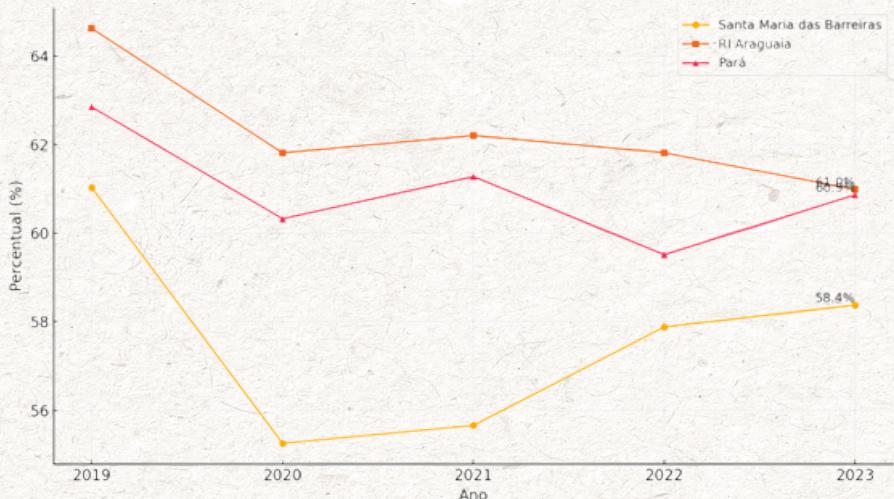
O estado do Pará apresentou

trajetória intermediária, com redução de 62,9% em 2019 para 60,4% em 2020, estabilização nos anos seguintes e leve recuperação em 2023, alcançando 60,9%. A menor variação pode indicar uma tentativa de manutenção da prestação de serviços básicos, mesmo diante de restrições orçamentárias. Contudo, a performance inferior à da RI Araguaia sugere diferenças na eficiência e foco das políticas públicas em cada nível (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Santa Maria das Barreiras, o indicador apresentou um comportamento atípico no período analisado. Entre 2019 e 2020, a taxa permaneceu estável em torno de 7,4%, mas em 2021 houve um pico abrupto, alcançando 11%, o que pode indicar uma conjuntura específica de agravamento das condições de saúde materno-infantil. A partir de 2022, observa-se uma queda expressiva para 6%, seguida de leve aumento para 7% em 2023, retornando a patamares similares ao início da série (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Araguaia, a taxa se manteve relativamente estável, oscilan-

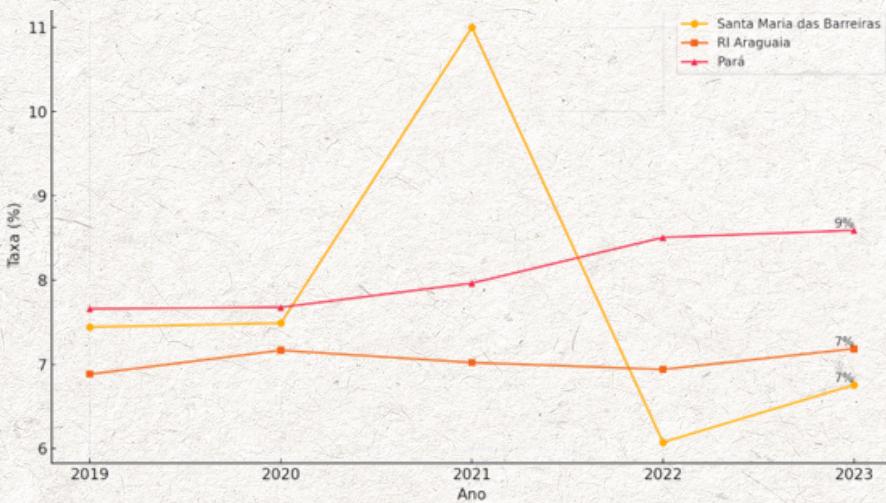
do entre 6,9% e 7,2% ao longo dos cinco anos. Isso revela uma maior consistência nas condições de atenção pré-natal e neonatal, com ausência de variações abruptas. A constância do indicador sugere que políticas públicas regionais voltadas à saúde da gestante e da criança podem estar surtindo efeito, ao menos no controle de extremos negativos (Gráfico 3).

O estado do Pará apresentou uma trajetória de crescimento moderado e contínuo da prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, passando de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. Esse aumento gradual pode estar rela-

cionado a fatores estruturais, como dificuldades de acesso a serviços de saúde de qualidade em áreas remotas, bem como à crescente urbanização de regiões sem infraestrutura adequada. A estabilidade da RI contrasta com esse comportamento ascendente do estado, reforçando a importância de abordagens territorializadas para a saúde materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santa Maria das Barreiras apresentou crescimento consistente até 2022, passando de R\$ 5,7 mil/ha em 2019 para R\$ 15,8 mil/ha em 2022. Esse salto significativo, especialmente entre 2021 e 2022, sugere a adoção de tecnologias mais eficientes, investimentos em infraestrutura rural ou mudanças no perfil produtivo da região. No entanto, em 2023 houve um leve recuo para R\$ 14,7 mil/ha, que ainda representa um patamar elevado em relação aos anos iniciais (Gráfico 4).

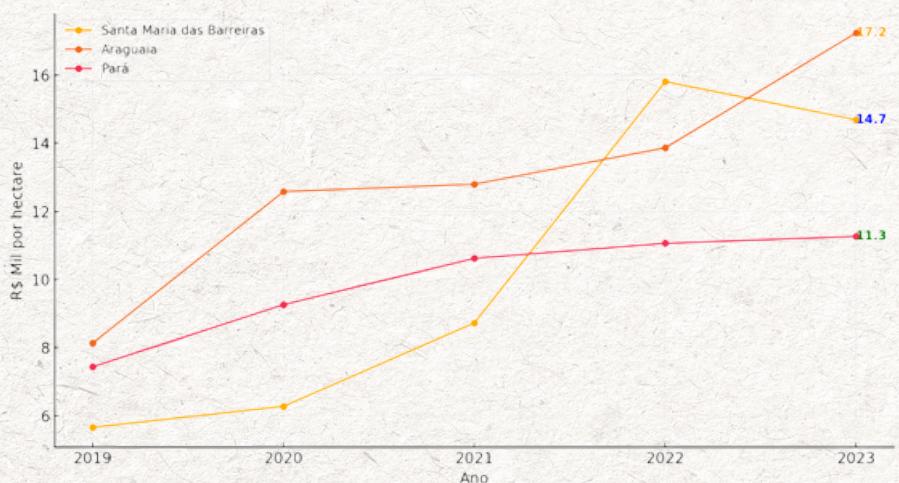
Na Região de Integração do Araguaia, a produtividade man-

teve um ritmo de crescimento constante e mais linear ao longo do período. O indicador saiu de R\$ 8,1 mil/ha em 2019 para R\$ 17,2 mil/ha em 2023, atingindo o maior valor entre os três níveis analisados. Esse comportamento indica um desempenho agrícola robusto e sustentado, possivelmente impulsionado por políticas regionais de fomento à produção, adoção de boas práticas agrícolas e consolidação de cadeias produtivas de maior valor agregado (Gráfico 4).

O estado do Pará também apresentou evolução positiva, ainda que em ritmo mais mo-

derado. A produtividade aumentou de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, o que indica um avanço gradual da eficiência agrícola em nível estadual. O crescimento menos acelerado pode ser reflexo da diversidade de contextos produtivos dentro do estado, com regiões ainda muito dependentes de práticas extensivas ou de baixo rendimento. Ainda assim, o resultado aponta para uma tendência de melhoria no desempenho agrícola do estado como um todo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil /ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada .





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

sugerindo instabilidade na qualidade e cobertura da atenção básica à saúde infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi mais estável. A taxa variou entre 15,5 e 18,5 óbitos por mil nascidos vivos, com tendência leve de queda até 2022 e pequena alta em 2023, chegando a 18. A ausência de variações bruscas reforça a hipótese de maior regularidade nos serviços de saúde pública, com estruturas e protocolos mais consolidados em comparação ao município (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

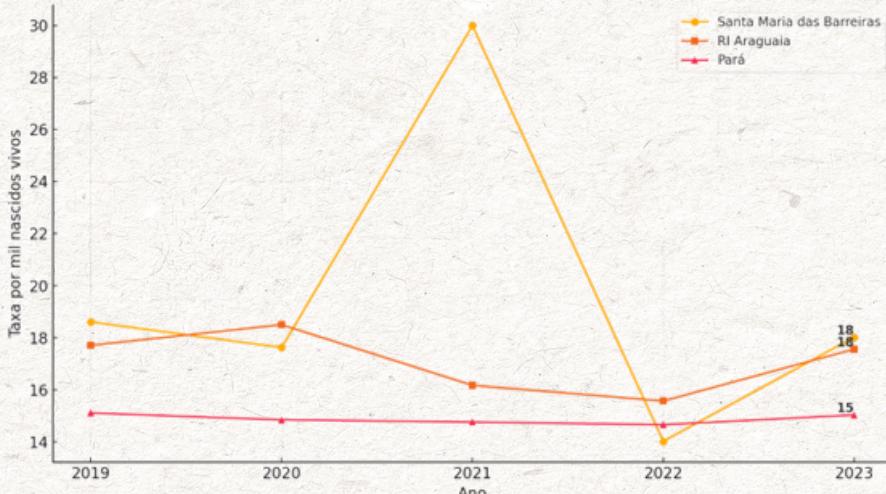
Em Santa Maria das Barreiras, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação ao longo do período. Iniciando com 18,6 óbitos por mil nascidos vivos em 2019, houve uma leve redução até 2020 (17,8), seguida de um aumento expressivo em 2021, alcançando 30 óbitos por mil – um pico significativo que pode indicar problemas pontuais nos serviços de saúde neonatal. Em 2022, a taxa caiu drasticamente para 14,1, atingindo seu menor valor, mas voltou a subir para 18 em 2023,





O estado do Pará apresentou o desempenho mais estável entre os três territórios, mantendo a taxa em torno de 15 por mil ao longo de todo o período analisado. Essa estabilidade, apesar de não representar uma melhora significativa, demonstra resiliência da estrutura estadual de saúde infantil frente a desafios como a pandemia da COVID-19. O contraste com o município de Santa Maria das Barreiras evidencia desigualdades na distribuição e eficácia dos serviços de saúde (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Santa Maria das Barreiras partiu de um patamar muito baixo de cobertura médica em 2019, com apenas 2,3 médicos por 10 mil habitantes. O índice aumentou ligeiramente até 2020 (2,8), mas caiu para 1,8 em 2022, revelando fragilidade na fixação e manutenção de profissionais de saúde. Somente em 2023 houve uma melhora perceptível, com o indicador subindo para 5

médicos por 10 mil habitantes – ainda inferior aos demais níveis analisados, mas sinalizando progresso recente na ampliação do acesso à assistência médica (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Araguaia, a evolução foi constante e progressiva. Com início em 4,9 médicos por 10 mil habitantes em 2019, o índice subiu gradualmente até alcançar 9 em 2023. A consis-

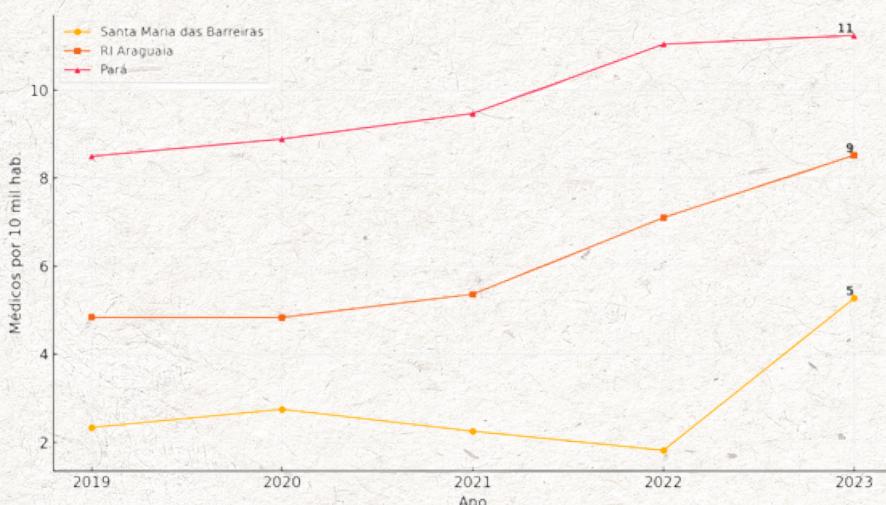
tência dessa trajetória pode refletir políticas regionais de incentivo à interiorização da medicina e melhoria da infraestrutura local, além de possível crescimento populacional alinhado ao aumento da oferta de profissionais (Gráfico 6).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou o maior número de médicos por habitante ao longo de todo o período,



partindo de 8,5 em 2019 e atingindo 11 em 2023. Esse crescimento contínuo demonstra o fortalecimento da capacidade assistencial do estado, refletindo investimentos em saúde pública e estratégias de atração e retenção de médicos, sobretudo em centros urbanos. Essa tendência positiva estadual, contudo, não se reflete plenamente em municípios menores como Santa Maria das Barreiras, onde o acesso ainda é limitado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Santa Maria das Barreiras, observa-se uma leve redução no número de vagas entre 2019 (198 vagas por mil habitantes) e 2021 (188), seguida de um aumento expressivo em 2022, quando o indicador atinge o pico de 243. Essa expansão pode ter relação com políticas municipais de ampliação da rede escolar ou com aumento populacional que exigiu a abertura de novas turmas. Em 2023, nota-se uma leve retração para 230 vagas, mas ainda em patamar elevado em relação ao início da série (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento do indicador foi semelhante, embora em menor escala. Após uma queda inicial de 172

vagas em 2019 para 168 em 2020, houve recuperação constante até alcançar 215 em 2022. Em 2023, houve um recuo para 200 vagas, ainda assim um ganho em relação aos primeiros anos da série. A trajetória indica um esforço regional por retomar a capacidade de oferta educacional após as dificuldades impostas pela pandemia (Gráfico 7).

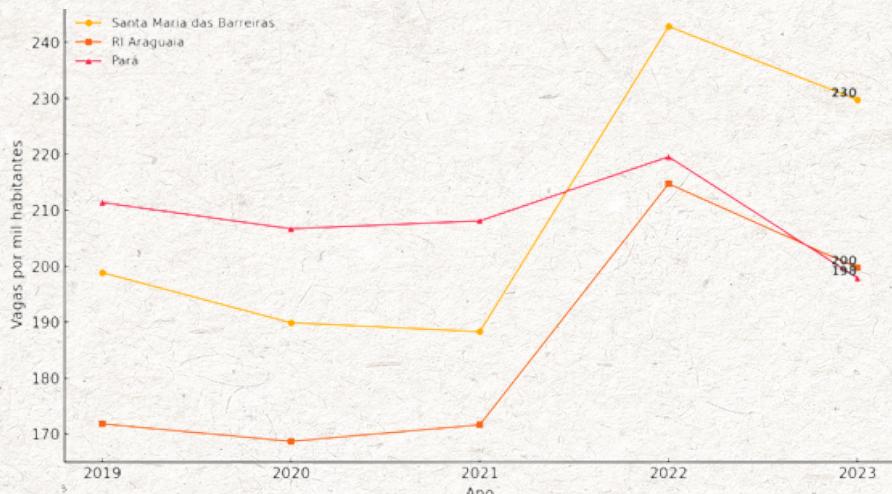
No estado do Pará, os dados revelam relativa estabilidade nos anos iniciais, com pequena oscilação entre 210 e 208 vagas entre 2019 e 2021. Em 2022, o estado acompanhou o movimento de expansão observado nos demais níveis, chegando a 219 vagas por mil habitantes, mas também apresentou redução em 2023, cain-



do para 198. Esse comportamento sugere que o ano de 2022 pode ter representado um pico relacionado à reestruturação do sistema educacional pós-pandemia, seguido de ajustes em 2023 (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 230 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Santa Maria das Barreiras apresentou desempenho superior em relação à conectividade escolar ao longo de todo o período. O percentual partiu de 82,6% em 2019, mantendo-se estável até 2021, com leve oscilação, e alcançando 90,5% em 2023. Esse crescimento contínuo indica um compromisso local com a digitalização da educação, possivelmente em resposta à demanda por ensino remoto durante e após a pandemia da COVID-19 (Gráfico 8).

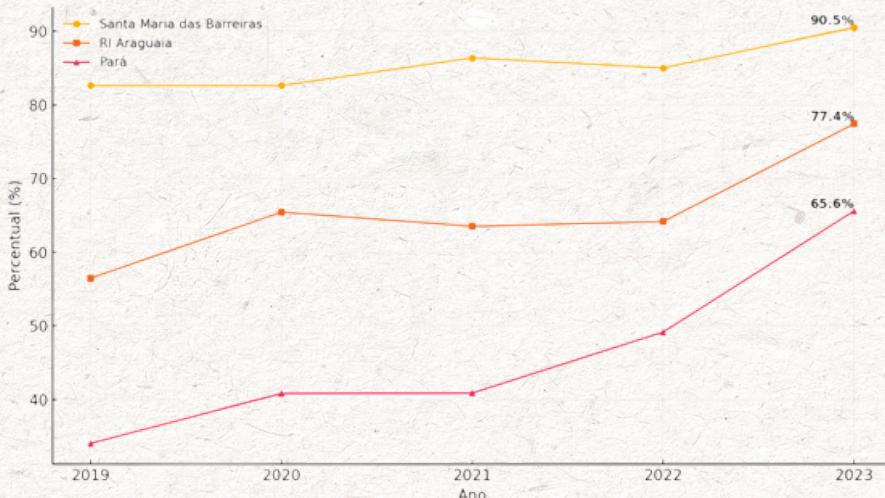
Na RI do Araguaia, o avanço também foi positivo, embora partindo de um patamar inferior (56,5% em 2019). Houve crescimento expressivo em 2020, chegando a 65,4%, e, após leve estagnação, o percentual avançou para 77,4% em 2023.

Esse progresso reflete um esforço regional para garantir a inclusão digital das escolas públicas, com resultados consistentes ao longo dos anos (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou os menores percentuais ao longo do período, mas com uma evolução marcante. O índice partiu de apenas 33,9% em 2019 e chegou a 65,6% em 2023 – praticamente dobrando em quatro anos. O salto mais acelerado ocorreu entre 2022 e 2023, o que sugere a implementação de políticas estaduais de ampliação da infraestrutura digital nas escolas públicas, ainda que persistam desigualdades relevantes quando comparado aos níveis municipal e regional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Santa Maria das Barreiras, o dado para violência contra a mulher por parceiros aparece como zero durante todo o período analisado (2019 a 2023), o que levanta a possibilidade de subnotificação ou ausência de registros oficiais, e não necessariamente a inexistência do problema. Tal ausência de dados pode indicar fragilidades nos sistemas de denúncia, coleta e monitoramento das ocorrências no município. Assim, a leitura desses números deve ser feita com cautela, considerando o possível apagamento estatístico de uma violência estrutural (Gráfico 9).

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



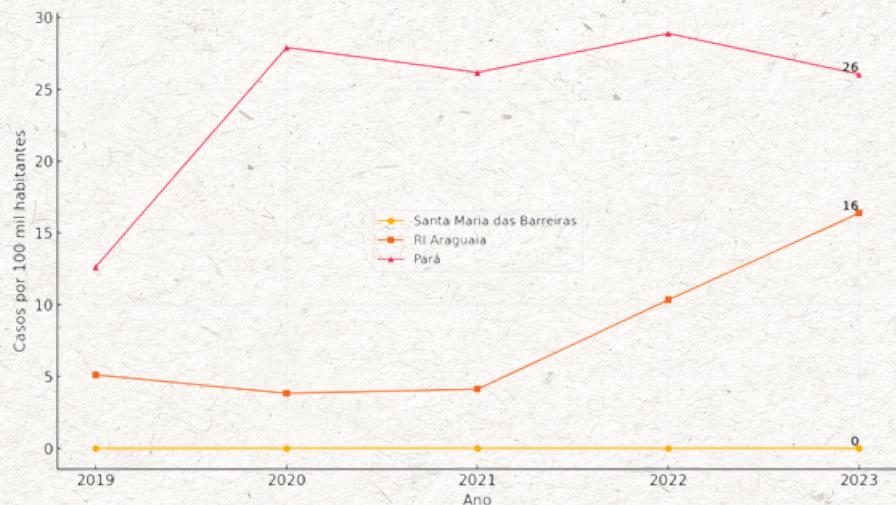
A Região de Integração do Araguaia mostra uma elevação expressiva dos casos por 100 mil habitantes ao longo do tempo. O indicador partiu de 5,1 casos em 2019, caiu para 3,9 em 2020 e 2021, e depois subiu significativamente, chegando a 10,3 em 2022 e 16 em 2023. Esse crescimento pode refletir tanto um aumento real dos casos quanto uma maior efetividade dos mecanismos de denúncia e re-

gistro, resultado de campanhas de conscientização, presença de equipamentos públicos e fortalecimento da rede de apoio às mulheres (Gráfico 9).

No estado do Pará, a taxa de violência contra a mulher por parceiros foi a mais alta entre os três níveis analisados durante todo o período. O dado saltou de 12,6 em 2019 para 28,1 em 2020, mantendo-se elevado até 2023, com uma le-

ve redução final para 26. Isso demonstra que, mesmo em nível estadual, a violência de gênero permanece como uma questão crítica, demandando ações mais robustas e estruturadas de enfrentamento e prevenção. A oscilação do indicador pode estar associada a mudanças nas políticas públicas, visibilidade do tema e capacidade institucional de acolhimento e apuração dos casos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Santa Maria das Barreiras apresentou crescimento contínuo na participação feminina em cargos gerenciais. O percentual subiu de 21,3% em 2019 para 29,8% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, quando o índice aumentou de 22,3% para 27,6%. Esse avanço pode estar ligado a políticas locais de equidade, incentivo à liderança feminina e ao fortalecimento da escolarização e qualificação profissional das mulheres no município (Gráfico 10).

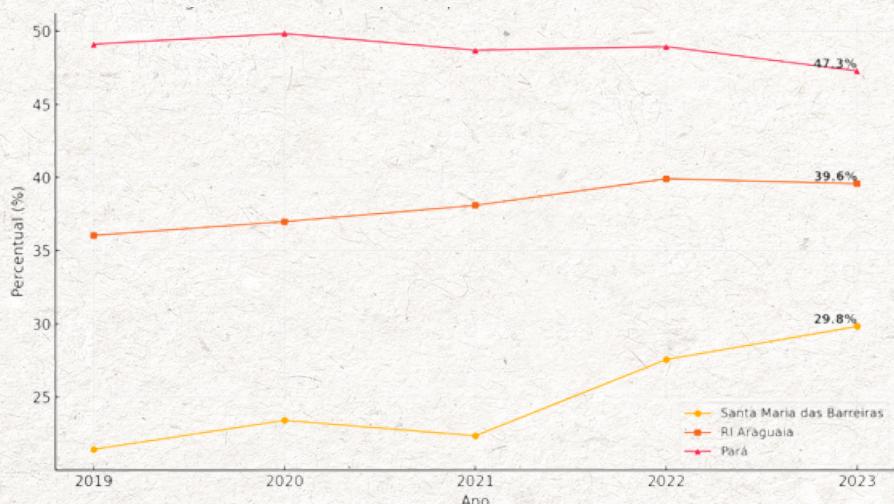




Na Região de Integração do Araguaia, o percentual de mulheres em cargos gerenciais manteve-se relativamente estável e superior ao de Santa Maria das Barreiras durante todo o período. A taxa subiu de 35,9% em 2019 para 39,6% em 2023, com crescimento gradual, mas constante. Isso evidencia uma realidade regional mais favorável à presença feminina em posições de liderança, possivelmente impulsionada por dinâmicas econômicas e sociais mais inclusivas, bem como pela maior concentração urbana (Gráfico 10). O estado do Pará apresentou os percentuais mais elevados de participação femi-

nina em cargos gerenciais ao longo de todo o período, iniciando com 49,1% em 2019 e encerrando com 47,3% em 2023. Apesar da leve queda nos dois últimos anos, o estado manteve-se acima da média nacional e dos demais níveis analisados, o que pode indicar um avanço histórico consolidado na promoção da igualdade de gênero nas esferas públicas e privadas. Ainda assim, a estabilidade recente pode sugerir a necessidade de novas estratégias para ampliar essa presença, especialmente em áreas estratégicas de tomada de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

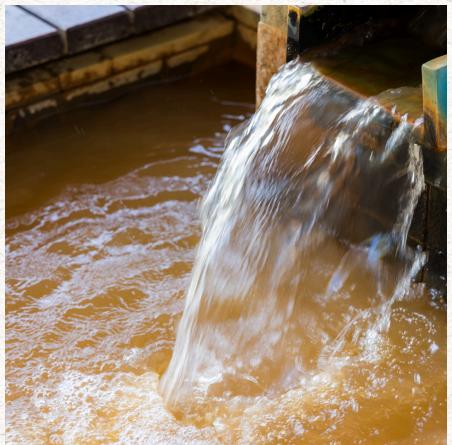
O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Santa Maria das Barreiras, o acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda é extremamente limitado. O percentual permaneceu praticamente estagnado em torno de 0,1% entre 2019 e 2022, com leve aumento para 0,2% em 2023. Essa persistente baixa cobertura evidencia a ausência de investimentos estruturantes em saneamento voltado para as populações mais vulneráveis, mantendo um quadro de exclusão socioambiental e risco sanitário (Gráfico 11).



Na Região de Integração do Araguaia, o cenário é apenas modestamente melhor. O percentual oscilou levemente entre 1,6% e 1,7% ao longo do período, sem grandes avanços. Apesar de apresentar um valor superior ao do município, os números continuam extremamente baixos, sinalizando que a infraestrutura de esgoto na região ainda não contempla adequadamente as camadas sociais mais necessitadas, o que compromete os indicado-

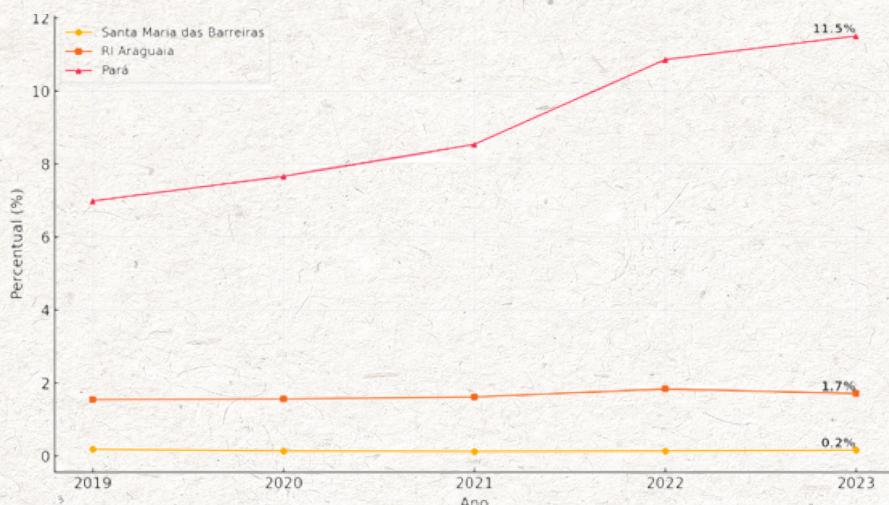
res de saúde pública e qualidade de vida (Gráfico 11).

Em contrapartida, o estado do Pará apresentou trajetória ascendente e consistente, com aumento do percentual de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Ainda que os valores permaneçam baixos em termos absolutos, esse crescimento demonstra que políticas públicas de expansão da rede de esgotamento sanitário têm alcançado uma parcela crescente da população de baixa ren-

da em nível estadual. Contudo, a diferença em relação à RI e ao município evidencia desigualdades territoriais marcantes no acesso a esse serviço essencial (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Santa Maria das Barreiras registrou uma evolução irregular no gasto per capita com saneamento básico. Em 2019, o investimento foi nulo, mas em 2020 houve um pico expressivo, atingindo aproximadamente R\$ 78 por habitante. No entanto, a partir de 2021, os valores caíram abruptamente e voltaram a zero em 2022 e 2023. Esse comportamento evidencia ausência de continuidade nas políticas de saneamento e possível dependência de recursos extraordinários pontuais, sem planejamento de longo prazo (Gráfico 12).

A Região de Integração do Araguaia apresentou trajetória ascendente, ainda que gradual, nos investimentos per capita. Os gastos subiram de R\$ 27

em 2019 para R\$ 50 em 2023, com leve oscilação ao longo do caminho. O padrão sugere uma política regional de fortalecimento progressivo do setor, o que pode indicar maior estabilidade institucional e planejamento orçamentário em relação ao município (Gráfico 12).

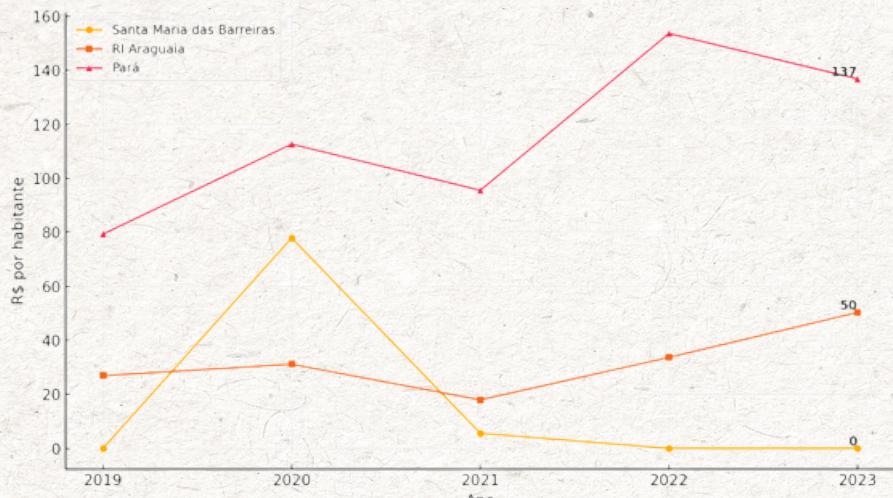
Já o estado do Pará manteve o maior volume de investimentos per capita entre os três níveis, com crescimento expressivo: de R\$ 80 em 2019 para R\$ 137 em 2023, tendo atingido R\$ 154 em 2022. Isso reflete um esforço mais robusto e contínuo do governo estadual em ampliar o acesso à infraestrutura de saneamento, embora os desafios de cobertura e equidade territorial ainda persistam. O contraste

entre os níveis analisados ressalta as assimetrias na aplicação de recursos públicos e no alcance das políticas de saneamento (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Santa Maria das Barreiras, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento contínuo e expressivo entre 2019 e 2023. Partindo de cerca de 855 kWh/hab. em 2019, o município atingiu 1.672 kWh/hab. em 2023, praticamente dobrando o consumo no período. O maior salto ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar associado à ampliação do acesso à energia elétrica, aumento da renda, maior consumo domiciliar e/ou crescimento de atividades econômicas locais com uso intensivo de energia (Gráfico 13).



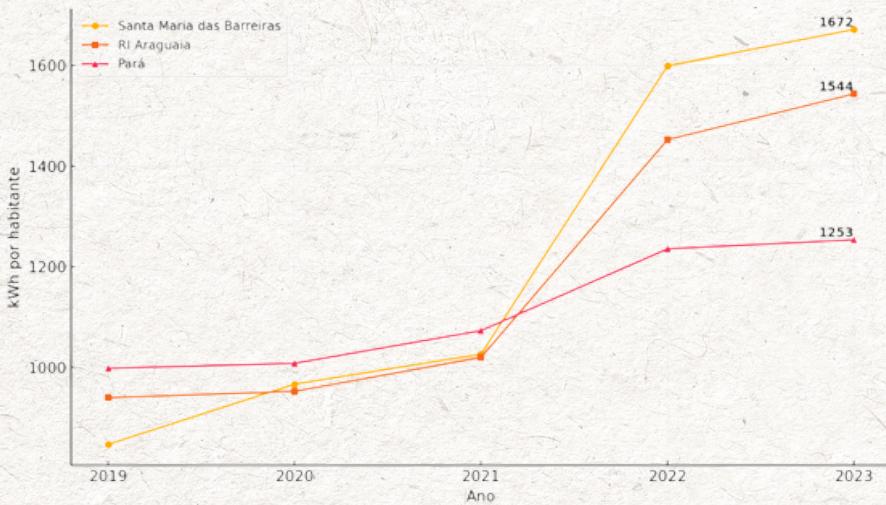
Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento também foi de crescimento constante, embora com patamar um pouco inferior ao do município. A região saiu de aproximadamente 938 kWh/hab. em 2019 para 1.544 kWh/hab. em 2023, com evolução mais gradual até 2021 e aceleração posterior, especialmente entre 2021 e 2022.

Esse padrão revela uma expansão do consumo energético acompanhando a tendência regional de desenvolvimento e

urbanização (Gráfico 13).

Já no estado do Pará, o aumento do consumo foi mais moderado, partindo de cerca de 1.002 kWh/hab. em 2019 e chegando a 1.253 kWh/hab. em 2023. Ainda que a tendência seja positiva, o crescimento menos acentuado indica uma média estadual influenciada por municípios com baixa demanda energética, infraestrutura limitada ou maior presença de populações rurais e isoladas.

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.672 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santa Maria das Barreiras, houve uma redução consistente no uso de iluminação de origem fóssil entre os domicílios de baixa renda. O percentual caiu de 10,4% em 2019 para 5,8% em 2023, indicando uma melhora significativa no acesso à eletrificação formal, ainda que o índice permaneça elevado em comparação aos demais níveis. A trajetória descendente pode estar relacionada à ampliação das redes de distribuição, programas de energia social ou substituição gradual de fontes precárias (Gráfico 14).

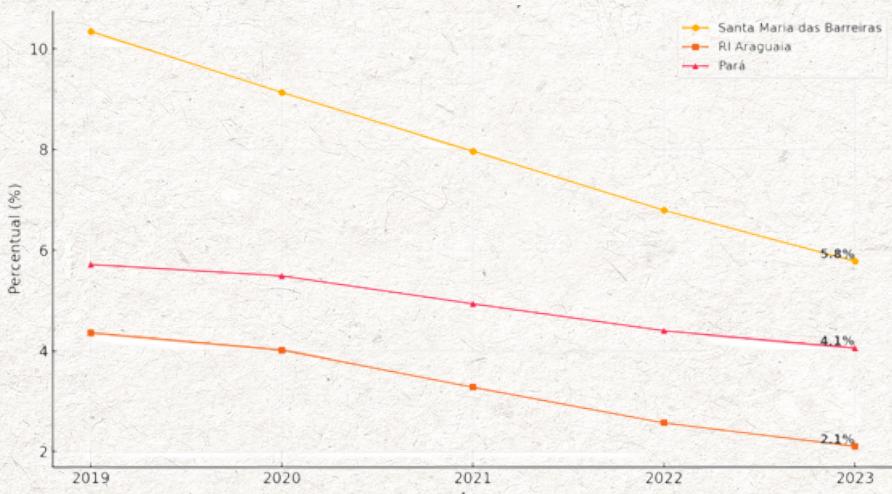


Na Região de Integração do Araguaia, o percentual também caiu, de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. Com patamares bem inferiores aos observados no município, os dados sugerem que a RI possui cobertura energética mais consolidada nas áreas vulneráveis, o que pode ser resultado de maior concentração urbana, programas regionais de infraestrutura ou melhor capacidade de planejamento e execução das políticas públicas (Gráfico 14).

O estado do Pará apresentou uma redução de 5,7% em 2019

para 4,1% em 2023, demonstrando progresso, embora ainda haja desafios. O ritmo de queda foi constante, mas a manutenção de valores acima de 4% indica que ainda há regiões com dificuldades de acesso à energia elétrica convencional. A comparação com a RI do Araguaia mostra que o estado ainda enfrenta desigualdades internas significativas quanto à universalização da energia elétrica, especialmente em populações de baixa renda (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

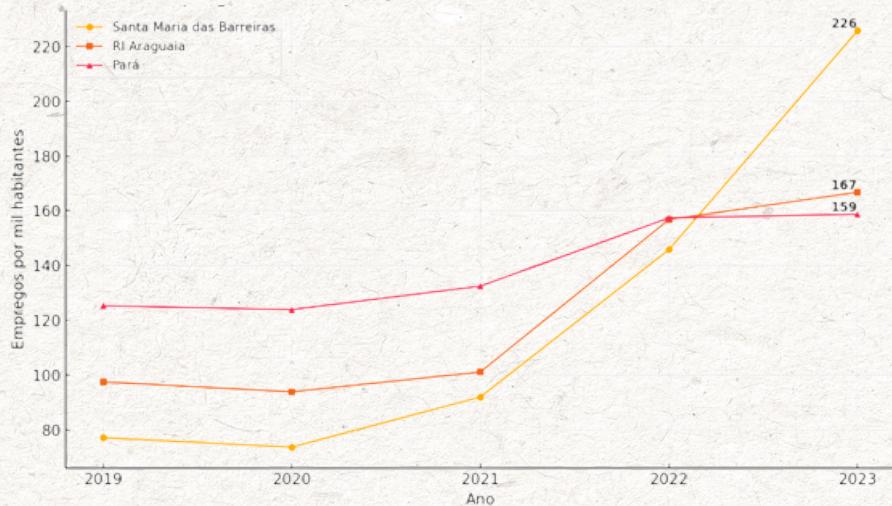
Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi menos acentuado, mas ainda apresentou crescimento constante. A região começou com aproximadamente 90 empregos formais por mil habitantes em 2019, e alcançou 167 em 2023. O aumento gradual sugere que, apesar de um crescimento econômico mais moderado, a região está conseguindo gerar empregos formais em ritmo estável. Isso pode refletir a consolidação de políticas regionais de incentivo à formalização do trabalho e ao desenvolvimento da infraestrutura, apesar dos desafios típicos de áreas periféricas e rurais (Gráfico 15).

Em Santa Maria das Barreiras, o indicador de empregos formais por mil habitantes apresentou um crescimento explosivo ao longo do período analisado. O número inicial, de cerca de 80 empregos por mil habitantes em 2019, aumentou significativamente até alcançar 226 em 2023. Esse salto substancial pode ser atribuído ao crescimento econômico local, com expansão de setores que geram empregos formais, como comércio, serviços e indústrias, bem como à implementação de políticas municipais voltadas para a formalização do trabalho. O crescimento também reflete um esforço local de adaptação e recuperação econômica, especialmente após a pandemia (Gráfico 15).



No estado do Pará, o crescimento também foi expressivo, mas de forma mais equilibrada em relação aos outros níveis. Partindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019, o estado alcançou 159 em 2023, com um aumento contínuo ao longo do período. Embora o crescimento seja robusto, o Pará apresenta um nível de emprego formal mais baixo comparado ao município de Santa Maria das Barreiras, o que pode refletir uma maior concentração de informalidade no mercado de trabalho estatal e a dificuldade de estender a formalização do emprego de forma equânime em todo o território paraense (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 226 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita



se manifestava com igual intensidade no entorno regional (Gráfico 16).

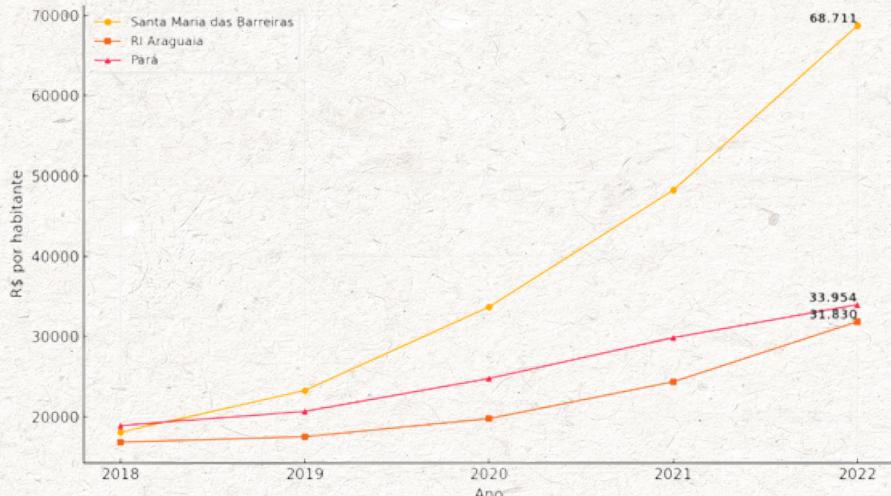
No biênio 2020-2021 o distanciamento se acentua: impulsionado por salto expressivo em 2020 (R\$ 34 mil) e outro ainda maior em 2021 (R\$ 48 mil), o PIB per capita municipal

mais que dobra em relação a 2019. Esse ritmo supera largamente o avanço do Pará, que só atinge a faixa dos R\$ 30 mil em 2021, e o da RI, que permanece abaixo de R\$ 25 mil. O descolamento sugere ganhos extraordinários de produtividade ou de renda setorial concentrados no município, possivelmente ligados à consolidação de grandes projetos agropecuários e ao encaadeamento de serviços de apoio, num contexto de alta dos preços de commodities (Gráfico 16).



Em 2022 o movimento culmina num valor de R\$ 68,7 mil por habitante – praticamente o dobro do registrado no Estado (R\$ 34 mil) e mais de 2 vezes o da RI (R\$ 31,8 mil). A disparidade coloca Santa Maria das Barreiras num patamar que altera significativamente a média regional, mas também expõe o território a maior volatilidade, já que boa parte dessa renda depende de cadeias produtivas sensíveis a ciclos de mercado. Para o planejamento público, o desafio passa a ser converter essa renda em investimentos duradouros em infraestrutura e capital humano, de modo a evitar a concentração de benefícios em poucos segmentos e reduzir as assimetrias internas (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 68.711 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O ponto de partida, em 2018, mostra um perfil eminentemente agro serviços no município, com a indústria respondendo por apenas 10,5 % do PIB, bem abaixo da média estadual (27,9 %) e pouco inferior à RI Araguaia (13,9 %). Já em 2019 ocorre um avanço notável: o peso industrial salta para perto de 25 % e se aproxima do parâmetro estadual, evidenciando a instalação ou ampliação de plantas de beneficiamento ligadas ao agro-negócio ou à mineração leve, além de ganhos de escala em agroindústrias existentes (Gráfico 17).

O ano de 2020 consolida essa virada. Santa Maria das Barreiras

atinge quase 39 % de participação industrial no PIB, igualando-se ao Pará e abrindo distância da RI, que cresce de forma muito mais gradual (para cerca de 17 %). Esse alinhamento sugere que os vetores de industrialização local passam a reproduzir a estrutura produtiva estadual, ainda que em base mais concentrada. A sincronização também indica integração crescente às cadeias logísticas e energéticas do estado, fator que tende a ampliar a resiliência da produção industrial municipal (Gráfico 17).

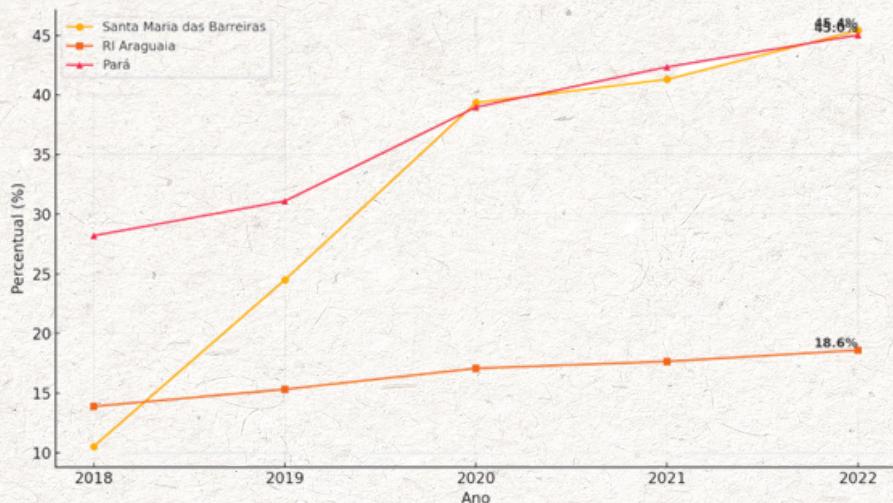
Em 2021-2022 o indicador continua a subir, chegando a 45,6 % – praticamente o mesmo nível do Pará (45,0 %). A RI avança apenas até 18,6 %, cristalizando um hiato estrutural entre o polo industrial emergente representado pelo município e o restante da região.

Para o gestor público, esse resultado aponta duas frentes: a necessidade de políticas de diversificação que diminuam a dependência excessiva de poucos ramos industriais no município e, paralelamente, de instrumentos de difusão territorial da atividade manufatureira para que o dinamismo econômico não se concentre em um único ponto, reforçando assimetrias intrarregionais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, Santa Maria das Barreiras manteve um nível bastante modesto de profissionais da ciência, oscilando entre 7,4 e 8,0 por 100 mil habitantes – patamar inferior ao observado tanto na RI Araguaia quanto no Estado do Pará. Esse período de relativa estagnação sugere dificuldades iniciais de atração ou formação desses profissionais, possivelmente associadas a uma infraestrutura de pesquisa ainda incipiente e à oferta limitada de vagas especializadas no município (Gráfico 18).



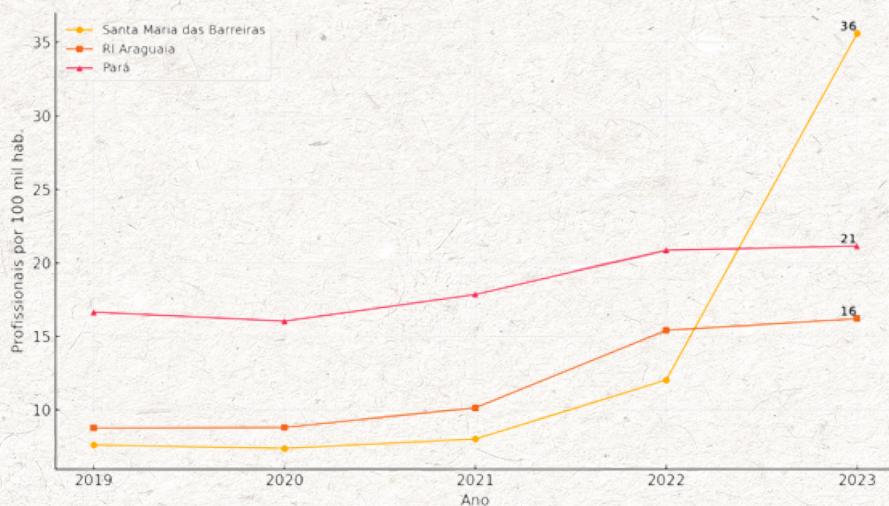
Já em 2022 o município viu seu indicador saltar para 12,1 profissionais por 100 mil habitantes, acompanhando parcialmente a tendência de crescimento registrado na RI Araguaia (de 10,1 para 15,4) e no Pará (de 17,8 para 20,9). Esse incremento sugere que políticas ou iniciativas locais – como parcerias com universidades, programas de capacitação ou incentivos a projetos de extensão – começaram a surtir efeito, reduzindo a lacuna em relação ao entorno regional (Gráfico 18).



Em 2023, o salto em Santa Maria das Barreiras foi ainda mais acentuado, atingindo 36 profissionais por 100 mil habitantes e ultrapassando em muito o Pará (21,2) e a RI Araguaia (16,3). Esse crescimento explosivo indica um fortalecimento repentino do ecossistema científico local, mas também chama atenção para a sustentabilidade desse avanço: será fundamental consolidar bolsas, editais e infraestrutura para evitar retrocessos e transformar esse capital humano em inovação e desenvolvimento de longo prazo (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, observa-se uma queda consistente da participação da massa salarial formal no PIB em Santa Maria das Barreiras, que recua de 0,83 % para 0,47 %. Esse declínio acompanha, em intensidade menor, a trajetória da RI Araguaia (de 1,12 % para 0,94 %) e do Pará (de 1,62 % para 1,25 %), sugerindo um cenário geral de expansão do PIB – especialmente nos setores agroindustriais – que não foi acompanhado de forma proporcional pelo crescimento da folha de pagamento formal. No município, essa defasagem pode indicar tanto um aumento do peso de atividades de capital intensivo quanto demissões ou estagnação na geração de vínculos formais durante o período inicial da pandemia (Gráfico 19).

Em termos relativos, Santa Maria das Barreiras partia de um patamar menos favorecido, com massa salarial correspondendo a cerca de metade daquela do Pará e da RI Araguaia em 2019. Até 2021, essa distância se ampliou: a massa salarial municipal caiu mais acentuadamente, enquanto as outras esferas desfrutavam de maior resiliência ou de retomada mais rápida da ocupação formal. A diminuição relativa do indicador municipal denota uma maior vulnerabilidade do mercado de trabalho local, em especial nos segmentos de serviços e comércio, que normalmente empregam o grosso dos trabalhadores formais do município (Gráfico 19).

Em 2022, porém, há um forte movimento de recuperação: a massa salarial volta a crescer

em todas as localidades, atingindo 0,60 % do PIB em Santa Maria das Barreiras, 1,4 % na RI Araguaia e 1,7 % no Pará. O salto sugere uma reversão da tendência contracionista do biênio anterior, possivelmente impulsionado por reabertura econômica, retomada de investimentos e uma base produtiva mais aquecida. Para Santa Maria das Barreiras, ainda que o nível permaneça abaixo da média regional e estadual, esse incremento sinaliza a necessidade de políticas que estimulem a formalização de novas vagas e o fortalecimento da renda assalariada, contribuindo para uma distribuição de renda mais equitativa e para o aumento da capacidade de consumo local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2020, Santa Maria das Barreiras manteve-se estagnada em torno de 11 linhas móveis ativas por 100 hab., valor muito inferior aos 52 e 51 da RI Araguaia e aos 79 e 82 do Pará, respectivamente. Essa estabilidade municipal contrasta com a ligeira retração regional e o crescimento estadual, indicando que as iniciativas de expansão de cobertura naquele biênio não alcançaram com igual força o território do município (Gráfico 20).

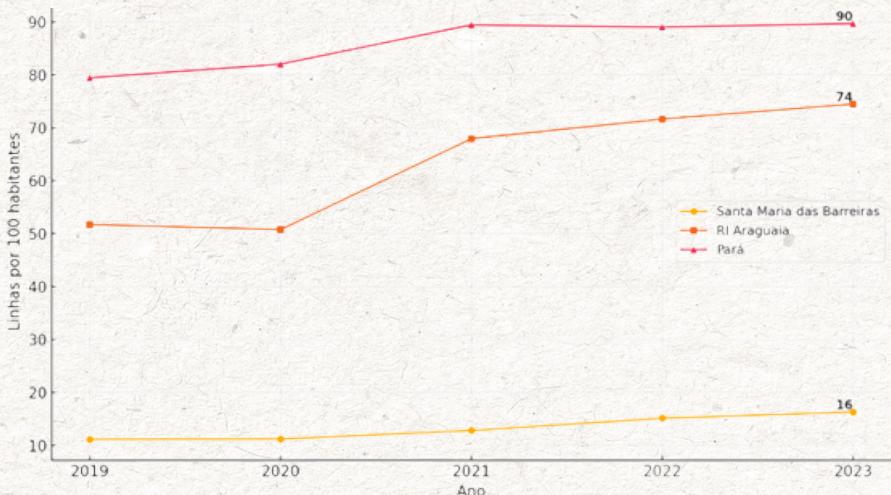
Em 2021, tanto a RI Araguaia (de 51 para 68 linhas) quanto o Pará (de 82 para 90) registraram saltos expressivos, reflexo de investimentos em infraestrutura 4G e, possivelmente, da aceleração de projetos de conectividade em áreas rurais e urbanas. Santa Maria das Barreiras avançou, mas de forma modesta, atingindo 13 linhas por 100 hab., o que evidencia um ritmo de técnico e comercial ainda incipiente no município, possivelmente por restrições orçamentárias ou de logística (Gráfico 20).





Nos anos seguintes, observa-se crescimento gradual em todas as esferas: Santa passa de 13 para 15 e depois 16 linhas (2021–2023), a RI sobe para 72 e depois 74, e o Pará estabiliza em torno de 89–90. Apesar de esse movimento favorável indicar convergência parcial, a lacuna municipal permanece elevada. Para reduzir o fosso digital, será crucial implementar políticas locais de subsídio à infraestrutura, parcerias público-privadas para torres e antenas, e programas de inclusão digital voltados aos segmentos mais remotos (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em 2019, Santa Maria das Barreiras destinou R\$ 28,00 per capita a cultura e gestão ambiental, valor já inferior à média da RI Araguaia (R\$ 56,00) e próximo ao Pará (R\$ 41,00). No ano seguinte, o município reduziu abruptamente sua despesa para R\$ 13,00, enquanto a RI chegou a R\$ 77,00 e o Estado a R\$ 43,00. Essa queda pode refletir ajustes orçamentários emergenciais durante o início da pandemia, com priorização de saúde e assistência social em detrimento de cultura e meio ambiente (Gráfico 21).

Em 2021, Santa apresentou leve recuperação (R\$ 14,00),

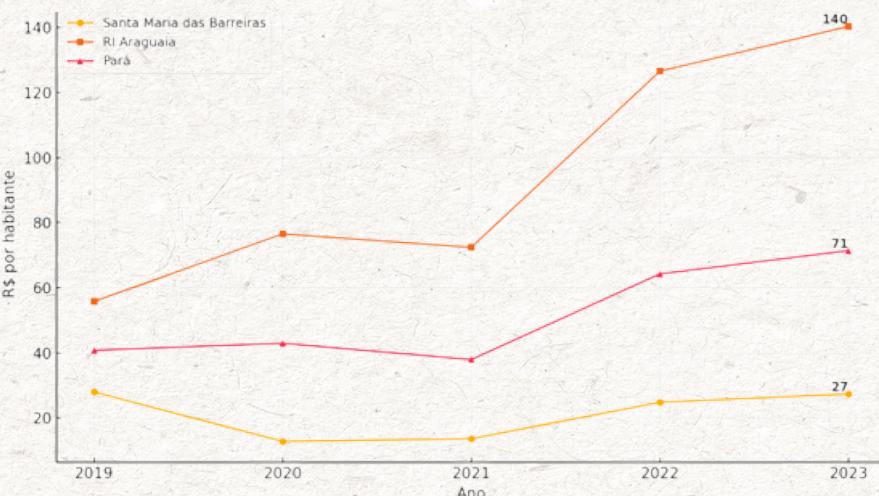
mas ainda permaneceu abaixo da RI (R\$ 72,00) e do Pará (R\$ 38,00). O patamar continuou distante dos anos pré-pandemia, sugerindo que a recomposição orçamentária tardou a alcançar áreas consideradas não-essenciais. A discrepância em relação às demais esferas aponta para menor capacidade local de retomar programas culturais e ambientais, talvez em função de menor arrecadação própria e de limitações técnicas na elaboração de projetos elegíveis a convênios (Gráfico 21).

Nos dois anos seguintes, houve forte elevação em todas as jurisdições: Santa sobe pa-

ra R\$ 25,00 em 2022 e R\$ 27,00 em 2023; a RI salta para R\$ 127,00 e depois R\$ 140,00; o Pará avança para R\$ 64,00 e R\$ 71,00. Embora a tendência seja positiva, o volume municipal ainda é abaixo da metade do estadual e um quinto do regional. Para estreitar essa distância, recomenda-se reforçar mecanismos de captação de recursos via leis de incentivo (Cultura e Fundo Ambiental), parcerias com organizações da sociedade civil e execução de projetos que integrem agendas culturais e ambientais, promovendo impacto local e qualificação institucional (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

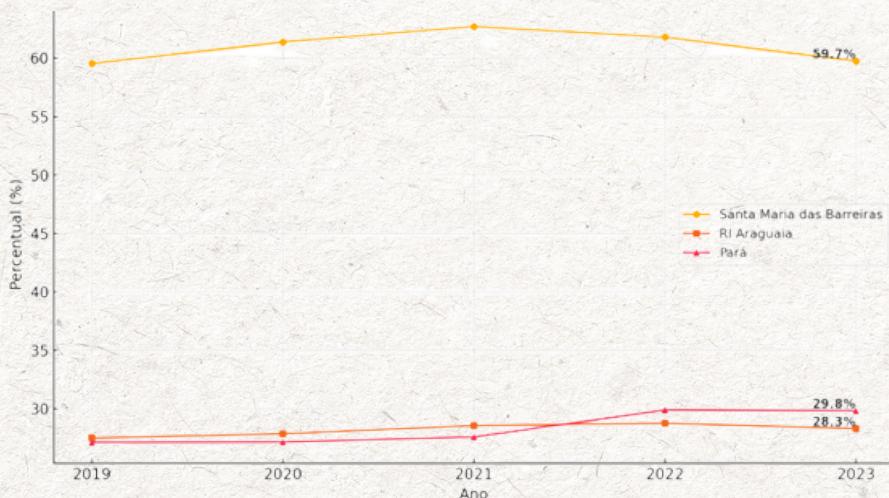
Em 2019, Santa Maria das Barreiras já partia de um patamar muito elevado de práticas inadequadas de disposição de resíduos entre a população de baixa renda, com 59,6 % queimando ou enterrando o lixo – mais que o dobro da RI Araguaia (27,6 %) e do Pará (27,1 %). Esse descompasso inicial evidencia a fragilidade dos serviços de coleta e gestão de resíduos sólidos no município, que se mantinham insuficientes para atender às demandas dos bairros de menor renda (Gráfico 22).

Entre 2020 e 2021, o indicador municipal subiu ainda mais, chegando a 62,5 % em 2021, enquanto a RI Araguaia avançou moderadamente para 28,5 % e o Pará para 27,6 %. O aumento em Santa Maria sugere que, mesmo com possíveis esforços pontuais de ampliação da coleta, as iniciativas não acompanharam o ritmo de crescimento populacional ou foram afetadas pelas restrições logísticas impostas pela pandemia (Gráfico 22).

Em 2022 e 2023 observa-se uma ligeira redução no municí-

pio, recuando para 61,8 % e depois 59,7 %, ao passo que a RI Araguaia estabilizou em torno de 28,3 % e o Pará saltou para 29,8 %. Ainda que esse declínio seja pequeno, ele pode indicar início de melhorias – talvez por ações municipais de conscientização ou reforço na coleta domiciliar – mas, mesmo assim, o nível permanece altíssimo, exigindo políticas mais robustas de infraestrutura e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em 2019, 46,3 % dos domicílios de baixa renda em Santa Maria das Barreiras dispunham de fossa rudimentar, valor inferior ao da RI Araguaia (53,6 %) e ligeiramente acima da média do Pará (43,8 %). Essa posição intermediária refletia uma cobertura de saneamento precária, mas ainda com margem para piora ou melhoria conforme a alocação de recursos públicos (Gráfico 23).

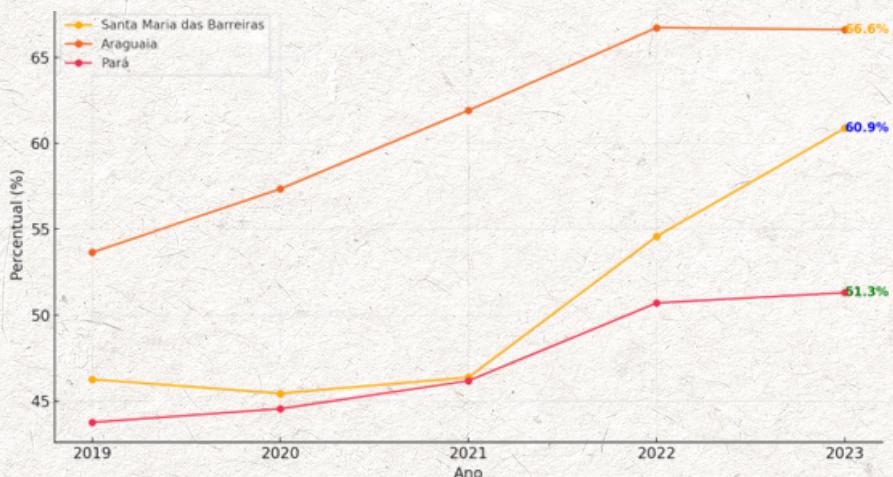
No período de 2020 a 2021, Santa Maria oscilou entre 45,4 % e 46,4 %, enquanto a RI Araguaia incrementou de 57,3% a

61,9% e o Pará de 44,5% a 46,2%. A estabilidade municipal contrastou com o agravamento regional, sugerindo que, apesar da persistente insuficiência, não houve desmobilização intensa de programas de saneamento básico na cidade; ainda assim, o piso local continuava elevado e distante das metas de universalização (Gráfico 23).

A partir de 2022, o município viu o indicador disparar – saltou para 54,6% e, em 2023, para 60,9% –, acompanhando parcialmente a RI Araguaia (66,8% em 2022 e 66,6% em

2023) e o Pará (50,7% e 51,3 %). Esse acelerado crescimento de fossas rudimentares aponta para a urgência de expansão de redes de esgoto e de sistemas sépticos adequados, pois o avanço desse problema sinaliza retrocesso em qualidade de vida e riscos crescentes à saúde pública (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13: Gastos per capita com prevenção de desastres**.



Gastos per capita com prevenção de desastres

No período inicial, entre 2019 e 2020, Santa Maria das Barreiras registrou um aumento expressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres, passando de aproximadamente R\$ 52 para R\$ 100 por habitante. Esse salto, embora partindo de patamar bem inferior ao observado na RI Araguaia (de R\$ 220 para R\$ 310) e no Pará (de R\$ 260 para R\$ 320), reflete uma destinação emergencial de recursos municipais para fortalecer a capacidade de resposta a eventos climáticos adversos e riscos naturais, possi-

velmente impulsionada por editais federais e transferências específicas (Gráfico 24).

Em 2021, o município reduziu drasticamente esse investimento, recuando para pouco mais de R\$ 30 per capita, enquanto a RI e o Estado também apresentaram queda – para R\$ 245 e R\$ 260, respectivamente. Esse comportamento sugere realocação orçamentária em meio à continuidade da crise sanitária, com priorização de saúde e assistência social em detrimento de ações preventivas.

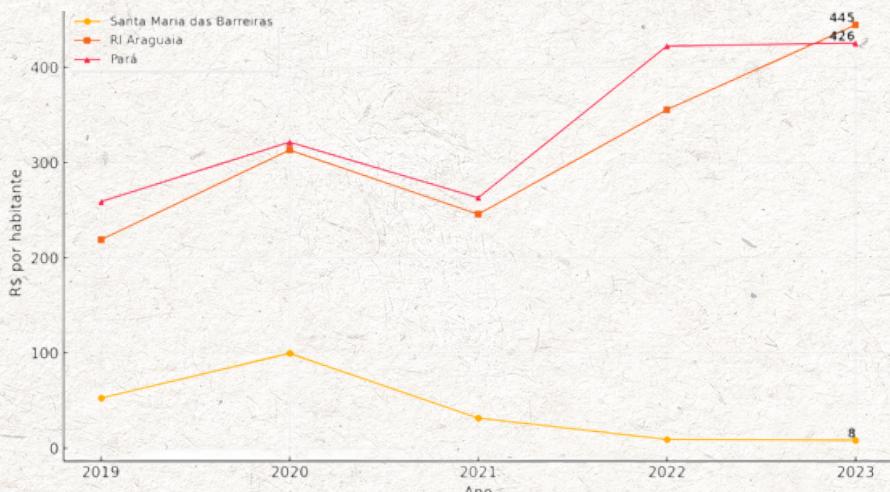


Para Santa Maria das Barreiras, a retração foi proporcionalmente muito mais severa, evidenciando maior fragilidade fiscal (Gráfico 24).

A partir de 2022 acionou-se uma forte recomposição: os gastos saltaram novamente, embora em níveis ainda modestos (cerca de R\$ 10 em 2022 e R\$ 8 em 2023), ao passo que a RI Araguaia avançou para R\$ 355 e R\$ 445, e o Pará para R\$ 425 e

R\$ 426 nos mesmos anos. Embora a retomada estatal e regional tenha sido robusta, o município permaneceu com valores residuais, o que aponta para a necessidade de melhor articulação entre governo local e agências de defesa civil, bem como de elaboração de planos municipais de redução de riscos baseados em diagnósticos técnicos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

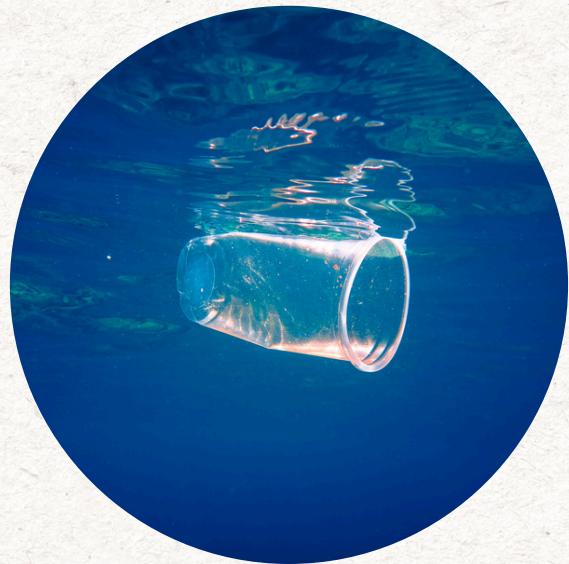
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em 2019–2020, Santa Maria das Barreiras ampliou abruptamente seus investimentos em preservação de recursos hídricos, passando de cerca de R\$ 42 para R\$ 125 per capita, enquanto a RI Araguaia e o Pará também registraram picos (R\$ 26 a R\$ 215 e R\$ 185 a R\$ 278, respectivamente). Esse movimento sugere aproveitamento de programas federais e estaduais de combate ao desmatamento de matas ciliares e de monitoramento de bacias, refletindo um esforço coordenado de curto prazo (Gráfico 25).



Entretanto, em 2021 e 2022 o município voltou ao patamar anterior – R\$ 42 e depois R\$ 15 – acompanhando a RI (R\$ 20 a R\$ 15) e o Pará (R\$ 224 a R\$ 178). A forte redução indica que, após o término de convênios e editais de 2020, não houve continuidade de recursos próprios ou de novas parcerias para manter programas de recuperação de mar-

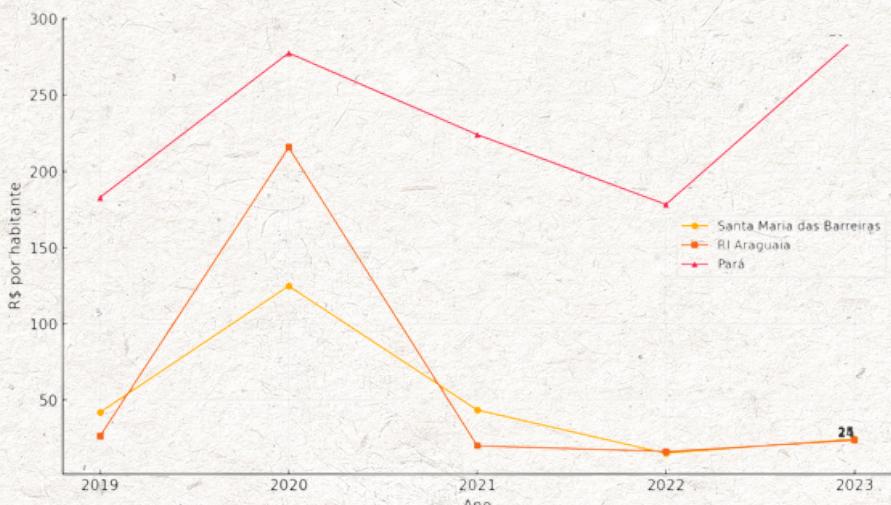
gens de rios e proteção de nascentes (Gráfico 25).

Em 2023 verificou-se leve recuperação em Santa Maria das Barreiras (aproximadamente R\$ 24 per capita), acompanhando a RI (R\$ 25) e o Estado (R\$ 287). Embora esse acréscimo seja tímido diante do potencial local, representa um sinal de reinício de investimentos em meio ambiente aquático.



Para consolidar ganhos, recomenda-se estruturar um fundo municipal específico para preservação hídrica, buscar convênios de longo prazo com agências de água e promover iniciativas de educação ambiental que ampliem a base de apoio e facilitem a captação de recursos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 24 /hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada .

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Santa Maria das Barreiras, observa-se uma retração lenta e contínua da cobertura florestal ao longo de 2019-2023. O percentual cai de 17,5% em 2019 para 16,8% em 2022 e mantém esse valor em 2023. Essa leve tendência de perda sugere um processo de desmatamento ou conversão de uso do solo relativamente estável, sem episódios dramáticos, mas também sem sinais de recuperação expressiva no período (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento é muito mais volátil. Entre 2019 e 2021, o índice recua suavemente de 51,2% para 50,4%

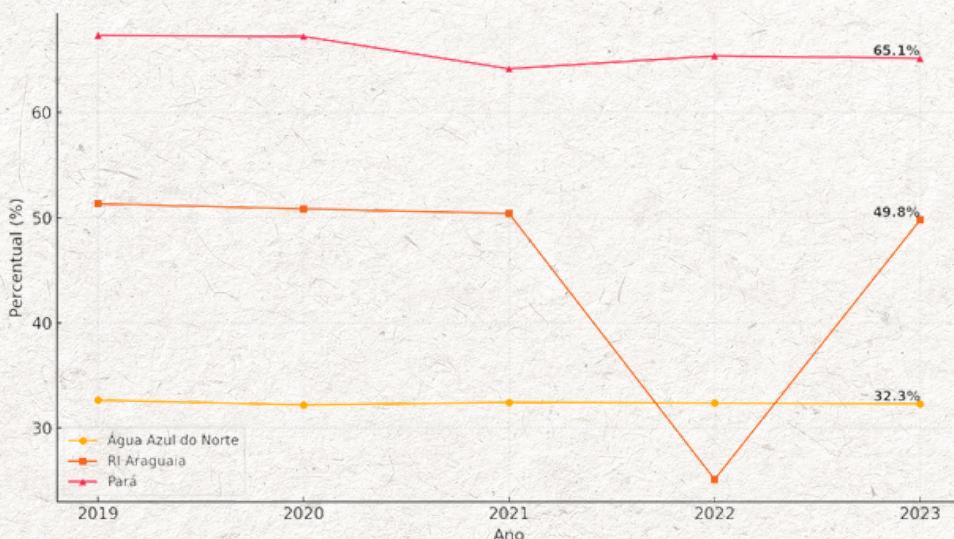
em 2022, porém, há uma queda brusca para 25%, seguida de um retorno quase total ao nível anterior (49,8%) em 2023. Esse padrão extremo indica um evento atípico – possivelmente um erro de registro ou uma ação pontual (como grande derrubada se-

guida de reflorestamento ou revisão nos dados) – que distorce a série e aponta para grande instabilidade na gestão ou no monitoramento florestal da região (Gráfico 26).

No Estado do Pará, verifica-se a maior resiliência da floresta, com percentuais elevados e oscilações moderadas. O índice parte de 67,8% em 2019, cai para 64,3% em 2021, depois se recupera para 66,0% em 2022 e atinge 65,1% em 2023. Essa variação de poucos pontos percentuais evidencia um equilíbrio entre desmatamento e conservação, refletindo políticas ou características naturais que mantêm a cobertura florestal relativamente estável em alto patamar (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Santa Maria das Barreiras, o percentual de área desmatada oscila muito pouco, passando de 58,0 % em 2019 a 58,7% em 2022, com leve recuo para 58,5 % em 2023. Esse comportamento denota um patamar alto e consistente de desmatamento – compatível com a redução gradual da floresta –, sem variações significativas que indiquem novas pressões ou esforços de restauração expressivos (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador de desmatamento segue o padrão de ins-

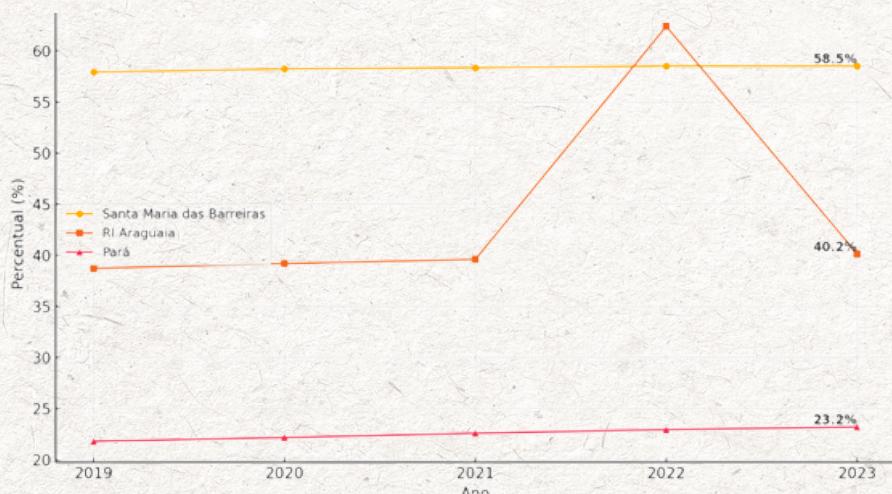
tabilidade visto na cobertura florestal. Entre 2019 e 2021, fica em torno de 38,8 % a 39,5 %. Em 2022, há um pico acentuado para 62,2 %, retornando a 40,2 % em 2023. Esse salto abrupto coincide com a queda drástica da área florestal naquele ano, sugerindo um evento peculiar – real ou de medição – que elevou temporariamente a proporção de terras desmatadas (Gráfico 27).

No Pará, o percentual de desmatamento apresenta crescimento gradual e contínuo, de 21,8 % em 2019 para 23,2 % em 2023. Essa subida

de cerca de 1,4 ponto percentual ao longo de cinco anos indica expansão constante das áreas desmatadas, ainda que em ritmo moderado, refletindo pressões agrícolas ou madeireiras que avançam lentamente sobre a floresta, sem registrar oscilações súbitas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

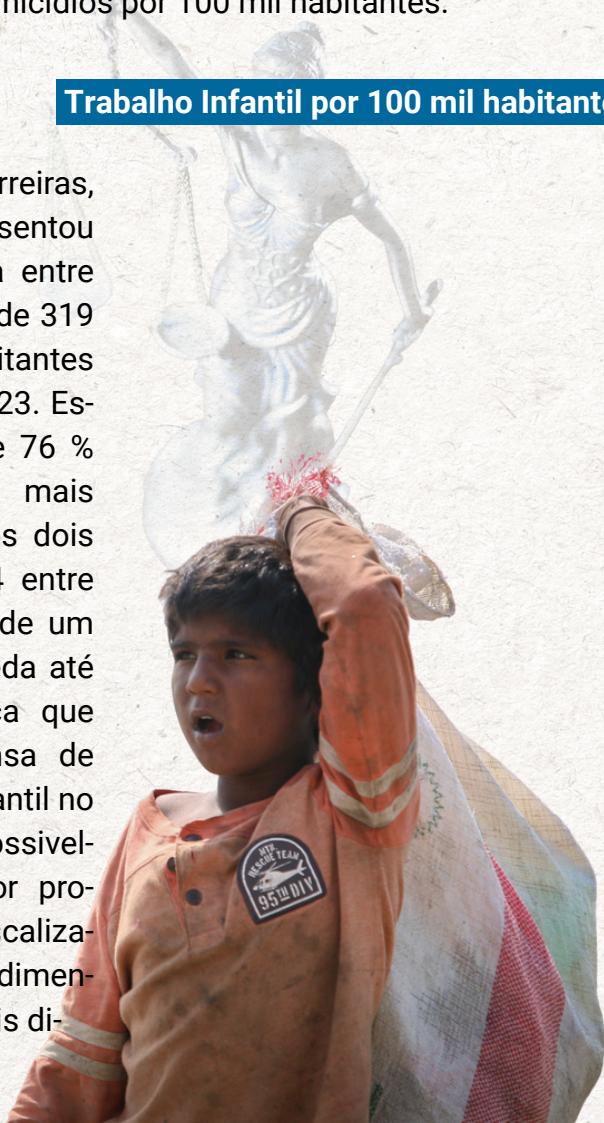
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santa Maria das Barreiras, o trabalho infantil apresentou queda muito expressiva entre 2019 e 2023, passando de 319 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 76 em 2023. Essa redução de cerca de 76 % reflete um decréscimo mais acentuado nos primeiros dois anos (de 319 para 144 entre 2019 e 2021), seguido de um ritmo mais lento de queda até 2023. Tal padrão indica que houve uma ação intensa de combate ao trabalho infantil no início do período, possivelmente impulsionada por programas sociais ou fiscalização, com ganhos de rendimento progressivamente mais di-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



fíceis de manter nos anos seguintes (Gráfico 28).

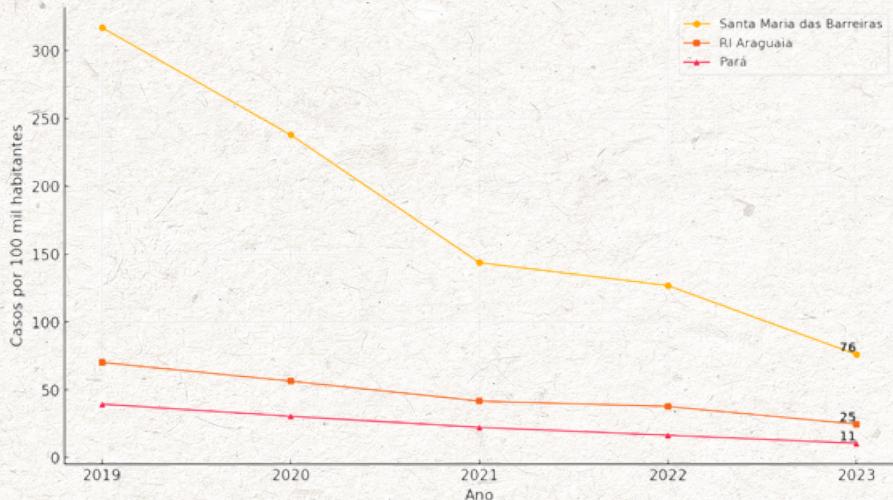
Na Região de Integração Araguaia, observa-se também um declínio consistente, embora em magnitude menor: de 70 casos por 100 mil em 2019 para 25 em 2023, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 64 %. A queda é relativamente linear ao longo dos cinco anos, passando por 57 em 2020, 42 em 2021 e 38 em 2022. Esse ritmo moderado e estável sugere esforços contínuos, mas talvez menos intensivos ou com alcance mais limitado do que na esfera municipal, exigindo reforço para acelerar o combate



ao trabalho infantil (Gráfico 28).

No Estado do Pará, o indicador parte de um patamar mais baixo – 39 casos por 100 mil em 2019 – e atinge 11 em 2023, redução de cerca de 72 %. A trajetória de queda é gradual e uniforme (30 em 2020, 22 em 2021, 16 em 2022), sem grandes saltos, o que denota políticas estáveis de prevenção e uma menor incidência estrutural do problema em relação às demais esferas territoriais. Ainda assim, permanecer em dois dígitos evidencia a necessidade de ampliar ações de conscientização e programas de assistência às famílias vulneráveis (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Santa Maria das Barreiras, a taxa de homicídios teve comportamento altamente volátil: partiu de um nível baixo (9 homicídios por 100 mil em 2019), saltou para 41 em 2020 e atingiu pico de 58 em 2021, antes de recuar para 36 em 2022 e 24 em 2023. Esse padrão sugere surto de violência ou episódios pontuais de criminalidade nos anos iniciais, seguido de medidas de controle e segurança que conseguiram reduzir significativamente as mortes violentas, embora sem retornar aos patamares de 2019 (Gráfico 29).

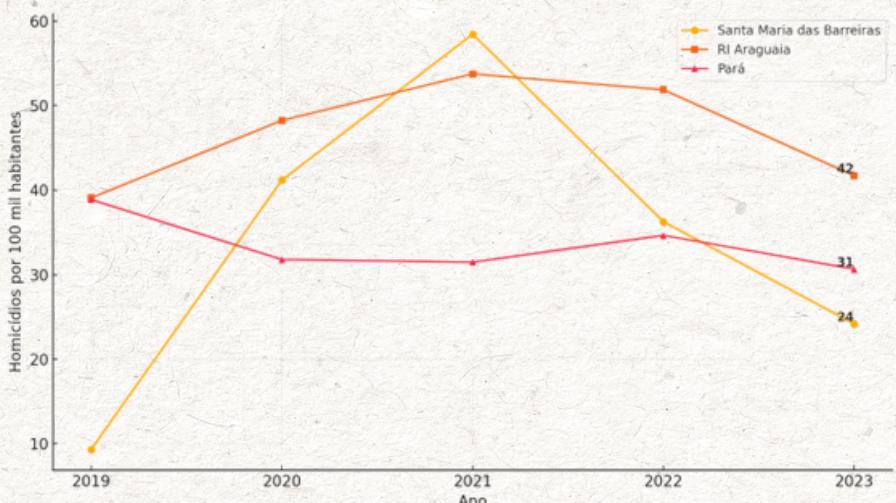
Na Região de Integração Araguaia, a taxa manteve-se em patamar elevado e com variação mais suave: de 39 homicídios por 100 mil em 2019 para 54 em 2021, caindo depois para 42 em 2023. O pico em 2021 e a queda subsequente indicam oscilações de segurança pública, mas num intervalo relativamente estreito (entre 48 e 54 nos anos de 2020 a 2022), apontando estabilidade em níveis altos de violência que ainda demandam atenção constante das autoridades (Gráfico 29).

No Estado do Pará, o homicídio apresentou tendência geral de redução moderada: de 39 por 100 mil em 2019 para 31 em 2021, seguido de ligeiro aumento para 35 em 2022 e nova queda para 31 em 2023. A oscilação é pouco pronunciada, mantendo-se entre 31 e 35 nos últimos três anos, o que reflete avanços graduais em políticas de segurança, ainda que a taxa permaneça elevada em comparação a padrões internacionais, exigindo estratégias contínuas de prevenção e redução da violência (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Santa Maria das Barreiras, o gasto público municipal como percentual do PIB sofreu queda acentuada entre 2018 e 2020, passando de 16,7 % para 9,6 %. Esse movimento pode refletir tanto uma retração nos investimentos locais após um patamar inicial elevado quanto um crescimento relativo do PIB que superou o ritmo de expansão das despesas. Nos anos seguintes, há uma retomada cautelosa do empenho fiscal, com ligeiro aumento para 10,1 % em 2021, seguido de nova redução para 9,6 % em 2022, sinalizando ajustes orçamentários que mantêm o gasto em torno de 10 % do PIB (Gráfico 30).

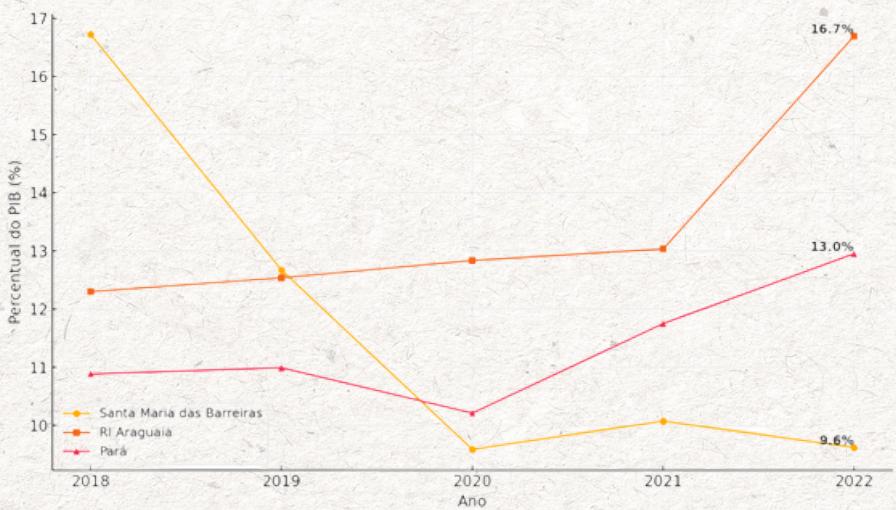
Na Região de Integração Araguaia, o indicador mostrou

estabilidade moderada de 2018 a 2021, oscilando entre 12,3 % e 13,0 %, o que sugere gestão conservadora dos recursos em relação ao tamanho da economia regional. Em 2022, entretanto, ocorre um salto expressivo para 16,7 %, igualando-se ao pico inicial de Santa Maria das Barreiras em 2018. Esse aumento repentino pode apontar para desembolsos extraordinários – possivelmente vinculados a ações de combate à pandemia ou investimentos em infraestrutura – ou uma diminuição do PIB regional que elevou a relação despesas/PIB independentemente do montante absoluto gasto (Gráfico 30).

No Estado do Pará, o gasto público municipal como per-

centual do PIB situou-se em torno de 11 % até 2019, recuou para 10,2 % em 2020 e, a partir de então, exibiu recuperação consistente, chegando a 13,0 % em 2022. Essa trajetória de queda seguida de retomada indica, provavelmente, redução de despesas imediatas no início da crise sanitária – quando receitas podem ter sido impactadas – e posterior reforço nos gastos municipais, possivelmente por meio de repasses federais ou políticas de estímulo econômico, elevando o patamar de investimento em serviços públicos e infraestrutura (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

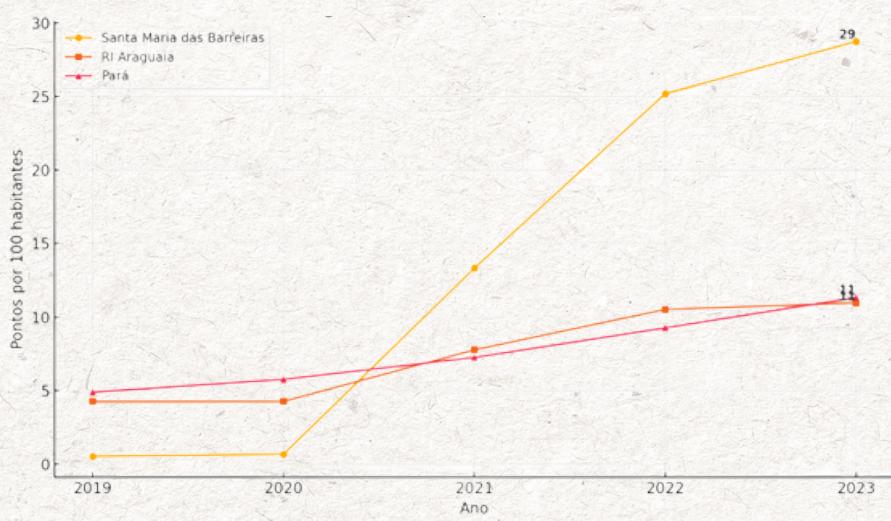
Em Santa Maria das Barreiras, a taxa de acesso à banda larga fixa partiu de níveis ínfimos – 0,5 ponto por 100 habitantes em 2019 e 0,7 em 2020 – e, a partir de 2021, disparou para 13,3, saltando depois para 25,2 em 2022 e 29 em 2023. Esse salto abrupto indica a implantação ou expansão massiva de infraestrutura de fibra ou de programas locais de inclusão digital a partir de 2021, transformando quase inexistência de conexões fixas em cobertura significativa em apenas três anos. Embora o ritmo de crescimento se desacelere levemente entre 2022 e 2023, a base alta já consolida a conectividade fixa como realidade no município (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29 Pontos/100 hab. enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Na Região de Integração Araguaia, o indicador manteve-se estável em torno de 4 pontos por 100 habitantes nos primeiros dois anos (4,3 em 2019, 4,2 em 2020) e elevou-se de forma linear a partir de 2021, atingindo 7,8, depois 10,5 em 2022 e 11,1 em 2023. Esse crescimento mais gradual – e em patamares bem inferiores aos do município – sugere uma expansão constante, porém sem os investimentos pontuais ou programados de grande porte observados em Santa Maria das Barreiras. Ainda assim, o avanço anual de cerca de 2 a 3 pontos demonstra melhoria contínua na oferta de banda larga fixa na região (Gráfico 31).

No estado do Pará, a evolução é ainda mais suave, mas consistente: 4,8 pontos em 2019, 5,8 em 2020, 7,3 em 2021, 9,2 em 2022 e 11,2 em 2023. Esses acréscimos de aproximadamente 1 a 2 pontos por ano refletem políticas estaduais de expansão de infraestrutura e talvez parcerias público-privadas para conectar áreas menos servidas. Apesar de o crescimento ser significativo em termos absolutos, o Pará como um todo ficou atrás de Santa Maria das Barreiras, mas acompanhou de perto a RI Araguaia, convergindo para cerca de 11 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



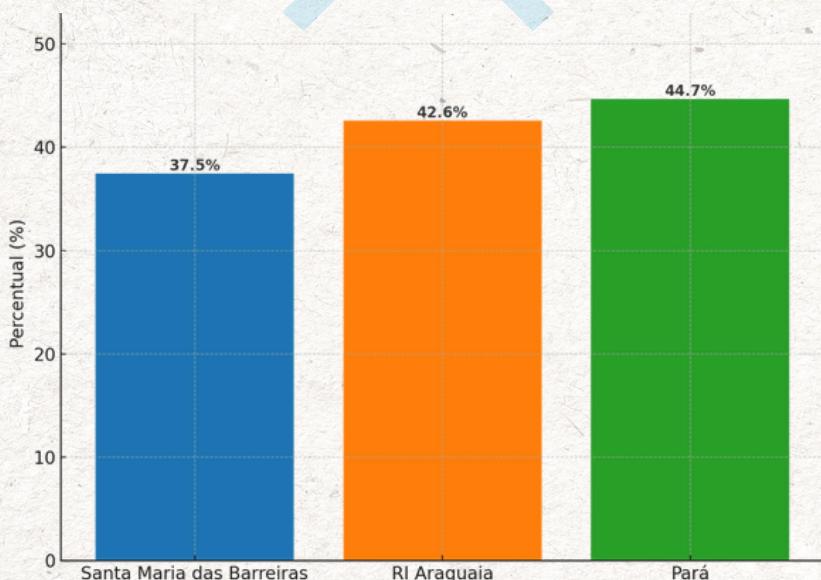
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Maria das Barreiras** registrou um IDS de **37,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Maria das Barreiras x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



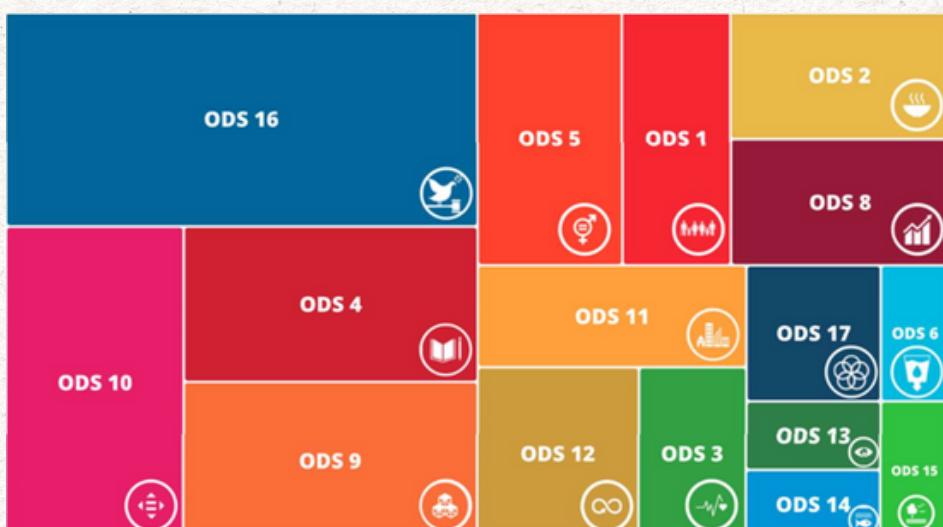
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

